

Título:

Açores: uma reflexão jurídica

Autores:

AA.VV.

1.ª Edição

Junho 2011

Edição e Execução Gráfica:

Wolters Kluwer Portugal sob a marca Coimbra Editora

Local:

Torres de Lisboa

Rua Tomás da Fonseca

Torre G - 6.º A

1600-209 Lisboa

Coimbra:

Edifício Coimbra Editora

Ladeira da Paula, n.º 10

Antanhol — 3040-574 Coimbra

www.coimbraeditora.pt

editorial@coimbraeditora.pt

Distribuição:

Coimbra Editora, S.A.

Ladeira da Paula, n.º 10

Antanhol — 3040-574 Coimbra

Telef. 239 852 650 — Fax 239 852 651

*Reservados todos os direitos por Wolters Kluwer Portugal.
Nem a totalidade nem parte desta obra pode ser reproduzida ou
transmitida por nenhum meio electrónico ou mecânico, incluindo
fotocópia, gravação magnética ou qualquer armazenamento de
informação e sistema de recuperação sem autorização por escrito
de Wolters Kluwer Portugal.*

ISBN 978-972-32-1954-8

Depósito Legal n.º 329 700/2011

JOSÉ MANUEL SÉRVULO CORREIA
RUI MEDEIROS
LUIS MARIA DIEZ-PIGAZO
RUI MEDEIROS / JOÃO LAMY DA FONTOURA
BERTA CABRAL
JOSÉ ROMÃO LEITE BRAZ
ANTÓNIO GOMES DE MENEZES
RICARDO SERRÃO SANTOS
CARLOS PINTO LOPES / RAQUEL CANDELÁRIA GUIMARÃES /
/ JORGE SILVA SAMPAIO
ANA ISABEL MONIZ
PAULO CÂMARA
JOÃO AMARAL E ALMEIDA
JOÃO CAUPERS
PEDRO FURTADO MARTINS / TIAGO SOARES CARDOSO
TIAGO SOARES CARDOSO / ANTÓNIO CADILHA

AÇORES: UMA REFLEXÃO JURÍDICA

 **Coimbra Editora**
grupo Wolters Kluwer

É por tudo isto que afirmamos que a Região dos Açores tem desenvolvido uma preservação e valorização da biodiversidade do respectivo território insular segundo uma *lógica própria*, tendo conseguido aproveitar a *oportunidade única* das condições ambientais específicas que no mesmo se fazem presentes. Mais, tudo isto procurando sempre articular o crescimento económico com a defesa do ambiente e assumindo a componente ambiental como um factor competitivo de desenvolvimento socioeconómico e de diferenciação nuclear dos Açores.

PONTA DELGADA E O TURISMO

ANA ISABEL DAMIÃO DE SERPA ARRUDA MONIZ

A contemporaneidade consciente determina conhecer bem a herança cultural que nos é deixada, seja ela consentida ou contestada. Rejeitada é que não pode ser.

Sou testemunha da enorme mudança que se operou na sociedade açoriana, nos anos mais recentes, nas suas formas de organização e de gestão do seu território.

Simone de Beauvoir disse: “não se pode escrever nada com indiferença”. Inspirada no seu dizer, esclareço que é na qualidade de cidadã açoriana, natural e residente em Ponta Delgada, que escrevo, nestas breves linhas, a minha reflexão sobre a “reinvenção” deste tempo e deste espaço nos quais sou testemunha e agente.

O honroso convite para colaborar na presente obra comemorativa, permite-me aqui transmitir o meu olhar sobre esta nova realidade que é o fenómeno turístico nos Açores, aludindo à política de Turismo concretizada na Região e aos seus efeitos em Ponta Delgada.

O notável desenvolvimento que se verificou nos Açores, nos últimos catorze anos, tem como primeira causa a opção pela mudança estratégica de um projecto político inovador para o sector. Valorizar a realidade insular e apostar nas vantagens comparativas da Região foi decisivo para mudar a face do Turismo nos Açores. Há estratégia e política de Turismo para os Açores.

O Turismo é, desde essa mudança, um dos pilares económicos do nosso desenvolvimento.

Na verdade, o Turismo é uma das actividades económicas que tem vindo a registar maior crescimento nos Açores.

Com mais esta alternativa económica, eleva-se a ambição de qualificar a presença e a relevância dos Açores na Europa e no Mundo. Abriam-se novos horizontes para a economia dos Açores e com isso

estimula-se a capacidade **empreendedora** dos nossos empresários. Existem novas saídas profissionais e novas qualificações.

O sucesso da mudança, comprovado pelos números, é exaltado pelos especialistas no sector, que **apreciam** positivamente o aumento verificado da produtividade e da **competitividade** da economia, bem como da coesão económica, social e territorial da Região Autónoma dos Açores.

O Turismo é um sector cuja transversalidade produz efeitos significativos de interdependência com outras áreas-chave da economia, pelo que tem merecido e **deve continuar** a merecer **especial** sentido estratégico no modelo de desenvolvimento dos Açores.

A **assumpção** de uma verdadeira política para o desenvolvimento do Turismo nos Açores, concretizada de forma gradualista, visando um crescimento com competitividade e sustentabilidade, e não um crescimento turístico rápido, de massas e de mudança radical, deu lugar ao êxito verificado no sector e dá garantia de sucesso crescente a consolidar nos tempos vindouros.

Contudo, a certeza do sucesso depende, estou certa, dum modelo de desenvolvimento turístico integrado com outros sectores, como a agricultura, as pescas e a indústria, em geral, de modo a reconhecer e valorizar a sua natureza sistémica e contextual.

O contínuo esforço de planeamento e de gestão estratégica dos Açores como destino turístico deve manter a ideia de um Turismo enquadrado no desígnio da Sustentabilidade.

Há uma política global de Desenvolvimento Sustentável que permite aos Açores continuar a ser região modelo no contexto nacional e europeu, no que concerne à qualidade do seu património ambiental, social e cultural.

Exercendo os poderes próprios em matéria legislativa e de governo, os Açores avançaram com a aprovação de importantes instrumentos de planeamento estratégico: o Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável, o Plano de Ordenamento Turístico dos Açores, o Sistema Integrado para a Gestão dos Resíduos dos Açores, os Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas das Furnas e Sete Cidades, a Rede Regional de Áreas Protegidas, o Plano Regional da Água e os Planos de Ordenamento das Orlas Costeiras. Mais acções ainda se desenvolveram no domínio da protecção da biodiversidade e da preservação do património natural e cultural da Região.

Analisado o comportamento do sector, em pouco mais do que uma década, tendo em conta o ritmo de crescimento das chegadas de turistas internacionais e das receitas, bem como o desempenho desses indicadores na Europa e no país, constatou-se que a evolução operada até conseguiu contrariar, repetidas vezes, o que se verificou a nível mundial e nacional, tendo passado ao lado, por exemplo, das crises que decorreram dos ataques terroristas e das epidemias, que se consubstanciaram em ameaças graves para numerosos destinos turísticos.

Se é certo que a análise ano a ano pode revelar oscilações e até uma certa instabilidade no que toca ao comportamento de alguns indicadores, também é certo que a procura turística está sujeita a variações, que podem até ser muito bruscas, dada a particular sensibilidade à ocorrência de diversos fenómenos, enquanto a oferta turística, quer de alojamento, quer de outros equipamentos e serviços, só pode ser alterada por degraus ou patamares de capacidade, não sendo por isso possível fazer um ajustamento perfeito e constante a essas flutuações.

Por isso, a monitorização dos indicadores de conjuntura é fundamental para efectuar o acompanhamento e para induzir a acção, tanto em termos preventivos como correctivos.

É nesse sentido que realço a novidade que muito interessa aos profissionais do sector e seus representantes e à comunidade académica e científica, em particular: a constituição do “Observatório Regional do Turismo”, em parceria com a Associação de Turismo dos Açores e a Universidade dos Açores. Trata-se de um organismo que tem por finalidade o estudo, análise, acompanhamento e divulgação da evolução da actividade turística, de forma regular, independente e responsável.

Não basta reconhecer que o turismo é um sector fundamental para o desenvolvimento: é preciso conhecer detalhadamente a sua estrutura e a sua evolução. Tanto para o Estado, como para as empresas e associações empresariais que as representam, passando pelas instituições de ensino superior e de investigação científica e demais escolas de formação profissional, para além dos órgãos de comunicação social, só perante a existência de uma adequada informação estatística é possível viabilizar a elaboração de diagnósticos sectoriais e sub-sectoriais que sustentem a definição de medidas de política e a avaliação do respectivo impacte, bem como a gestão corrente dos negócios das empresas, quer sejam elas de capitais públicos, privados ou mistos.

Em pouco mais do que uma década, os Açores foram a região do país que apresentou maiores crescimentos, quer quanto ao número de dormidas e capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros, quer quanto às respectivas receitas.

O número de dormidas praticamente triplicou na Região, sendo a ilha de S. Miguel uma das maiores beneficiárias deste crescimento.

O crescimento médio anual das receitas totais e de aposento foi superior ao crescimento das dormidas, o que se traduziu necessariamente em ganhos para o sector.

Estes resultados, contudo, também se devem aos esforços realizados em termos de promoção turística. Foi definida uma estratégia de marketing com objectivos de comunicação muito claros, dirigindo o enfoque para a oferta de produtos turísticos assentes na peculiar dotação de recursos naturais e patrimoniais da Região. Houve a aceitação dos Açores como destino de Turismo de Golfe e de Congressos, junto do Turismo de Portugal, o que tem possibilitou à Região, desde 2005, a participação em feiras e eventos internacionais ligados a estas temáticas. Estas acções beneficiaram, indiscutivelmente, S. Miguel e Ponta Delgada, com o golfe e a realização de importantes congressos.

Na oferta de alojamento na hotelaria, em pouco mais do que uma década, o número de camas passou de cerca de 3.600 camas, distribuídas por 59 estabelecimentos, em 1996, para 8.800 camas, repartidas por 82 estabelecimentos, em 2009. S. Miguel foi das ilhas que registou maior dinamismo neste domínio, passando das 1.669 camas, em 1996 (46% do total), para as 5.265 camas, em 2009 (60% do total).

O turismo no espaço rural afirma-se como mais uma boa alternativa, com 800 camas.

A abertura da Escola de Formação Turística e Hoteleira veio dotar os Açores de maiores competências em termos de formação inicial e de formação contínua para activos do sector.

Como causa deste incremento, esteve o sucesso da aplicação dos incentivos ao investimento privado.

A criação do Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico, a constituição da sociedade anónima Ilhas de Valor e a reformulação dos sistemas de incentivos regionais têm contribuído para estimular o investimento nas ilhas mais pequenas e em novas áreas,

nomeadamente relacionadas com a animação turística (golfe) e o turismo de saúde (o termalismo).

Outras medidas importantes de política para o sector foram a criação da Agência para a Promoção do Investimento nos Açores (APIA) e do Guia do Investidor, que se inserem numa estratégia mais vasta de captação de investimento externo para a Região.

A consolidação deste modelo de desenvolvimento do Turismo na Região implica ainda um trabalho intenso de articulação com arrojadas medidas no domínio da melhoria dos transportes aéreos e marítimos.

A construção do terminal marítimo e gare de passageiros do porto de Ponta Delgada, que se integram nas “Portas do Mar” materializa uma nova estratégia de reorientação da vida da cidade de Ponta Delgada para o mar e para a dinamização do Turismo de Cruzeiros na Região.

Os Açores têm extraordinárias potencialidades endógenas, sendo as acessibilidades marítimas uma indubitável oportunidade a explorar. O impacto estruturante da reabilitação desta frente marítima tem de ser encarado com enorme expectativa por quem acredita na melhoria dos Açores e, em particular, de Ponta Delgada como destino turístico.

Importa reforçar a aposta em medidas ambientais e de sustentabilidade que permitam valorizar os recursos turísticos de Ponta Delgada, nomeadamente promovendo a preservação e restauração do património edificado e dos locais de interesse histórico.

Tendo dito tudo o que supra mencionei, confesso em conclusão que a minha adesão para escrever este testemunho foi ganhar a oportunidade de partilhar a minha reflexão sobre a transformação turística dos Açores, que passará a ser uma herança, desejavelmente de mérito e de virtude, por ter em consideração os efeitos económicos, sociais e culturais da organização dos espaços turísticos nos processos de desenvolvimento local e regional.

Ponta Delgada, 2 de Novembro de 2010